



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 16 de outubro de 2024

1. ABERTURA

A 5ª Reunião Extraordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu no dia 16 de outubro de 2024, na forma virtual (videoconferência).

A Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins, Sra. Sandra Silvestre de Souza, cumprimentou a todos e a todas e destacou que a reunião tinha como objetivo discutir sobre o Painel de monitoramento, informou aos membros e convidados participantes as boas práticas para a realização da reunião na modalidade virtual e orientou a todos os membros que respeitassem o tempo de fala, tendo dois minutos para a colocação de comentários ou perguntas. Para o momento da fala, os membros e convidados deveriam levantar a mão (sistema *Microsoft Teams*) para solicitar a fala. Foi alertado sobre a necessidade de assinar a lista de presença disponibilizada no *chat*, manter o microfone fechado quando não estiver falando e permanecer com a câmera aberta. Apresentou os membros representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e estadual e os membros representantes das instituições envolvidas com a atividade pesqueira, assim, a Secretária Executiva declarou aberta a 5ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 5ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins, realizada em formato virtual (videoconferência):

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Esther Mirian Cardoso Mesquita (Equipe de apoio)

Senhora Ítala Gabriela Sobral dos Santos (Equipe de apoio)

Senhora Elizabethy Ribeiro Almeida (Equipe de apoio)

Senhora Valdimere Ferreira (SERMOP)

Senhor Alex Souza Lira (SERMOP)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Adayse Bossolani da Guarda

- Ministério de Portos e Aeroportos (MPA)

(Ausente)

- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Senhor Antônio Queiroz Lezama

Senhor Gilberto Salles

Senhor Roberto Gallucci

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

(Ausente)

- Ministério de Infraestrutura (MINFRA)

(Ausente)

- Estado-Maior da Armada, Marinha do Brasil (EMA/MB)

(Ausente)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

(Ausente)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Mônica Brick Peres (Titular)

- Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca no Estado do Rio Grande do Norte (SAPE-RN)

(Ausente)

- Secretaria Estadual de Agricultura e Aquicultura do Espírito Santo (SEAG)

Senhor Antônio Carlos Cavalcanti de Souza

- **Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina**

(Ausente)

- **Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)**

Luiz Vieira de França Neto

- **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho

- **Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)**

Senhor Jairo Gund

- **Associação Brasileira de Engenharia da Pesca (ABEP)**

(Ausente)

- **Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)**

(Ausente)

- **Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)**

Senhor Giovani Monteiro

- **Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)**

Senhor Carlos Eduardo Villaça

- **Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)**

(Ausente)

- **Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)**

Senhor Elizeu Augusto de Brito

- **Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTA)**

Senhor Jorge Machado

- **Sindicato da Indústria da Pesca, de Produtos Derivados da Pesca e Armadores de Pesca e Armadores de Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIPESCA-RS)**

Senhor Torquato Pontes

- **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte - (SINDIPESCA-RN)**

Senhor Rodrigo Fauze Hazin

- **Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO-CE)**

Senhor Fernando Botelho Assunção

- **Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA)**

(Ausente)

- **Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARPES-RS)**

Senhor Alexandre Carinha Novo

- **Sindicato dos Armadores de Pesca do estado do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)**

Senhor Alexandre Espogeiro

- **Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)**

Senhora Luana Mallmann Specht

- **Grupo Técnico-Científico GTC Atuns e Afins**

Senhor Paulo Eurico Pires Ferreira Travassos (Coordenador)

-Convidados

João Vitor Fonseca Ferreira

Higor Julian da Cunha Andrade

3. AGENDA

3.1 Informes sobre o monitoramento e controle do limite de captura da Albacora-Bandolim (*Thunnus obesus*) para o ano de 2024.

A Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins, Sra. Sandra Silvestre de Souza, falou sobre o tema de pauta única, mencionou o painel do monitoramento como foco dessa reunião extraordinária, e iniciou a apresentação de alguns

informes citando a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 10 de 2024, a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 12 de 2024 e a Portaria MPA nº 358 de 2024.

O Senhor Alex Souza Lira, da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura - SERMOP, apresentou o Painel de monitoramento dos limites de captura da Albacora-bandolim.

4. DÚVIDAS E DISCUSSÕES

Finalizada a apresentação, o Senhor Alex Souza Lira se pôs à disposição para responder dúvidas e questionamentos.

A Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio) questionou quais são as equações utilizadas e como são feitas as extrapolações. Também perguntou se fazem uma seleção de mapas de bordo, pois alguns mapas de bordo já vistos não refletem as capturas reais e se caso haja uma seleção, quais critérios são usados.

O Sr. Alex Lira respondeu que não é feita uma seleção específica, são avaliados todos, mas que cientes de dados discrepantes, tudo é avaliado em uma base analítica estatística. Reforçou que a ferramenta usada para monitoramento de forma geral é o PesqBrasil e o mapa de bordo.

A Sra. Mônica Brick, do ICMbio, destacou que o ICMbio está discutindo internamente os critérios de qualidade dos mapas de bordos afim de estabelecer se devem ser utilizados ou não. Falou sobre a preocupação com o monitoramento da cota e do fechamento da pesca quando há uma quantidade de mapas de bordo e dados que não refletem a realidade da atividade pesqueira.

O Sr. Alex Lira complementou dizendo que existe o banco nacional de atuns e afins, e que eventualmente é utilizado o histórico existente da captura ao longo das últimas décadas para avaliar a veracidade dessas informações.

O Sr. Rodrigo Hazin questionou a periodicidade das extrapolações aplicadas e informou que a pesca de espinhel deste ano (2024) teve uma queda muito significativa. Perguntou como saber o que foi capturado através do sistema.

O Sr. Alex Lira explicou que as extrapolações são realizadas semanalmente, e que no painel não se consegue ver a captura mensal por modalidade de permissionamento, mas, que ao se observar os dados de captura mensal de

espinhel, é possível observar esta queda na produção, principalmente nos meses de junho e julho. Ao se considerar a expansão, o processo é feito mensalmente. Explicou também que nos meses nos quais as embarcações não saíram em cruzeiro, o processo expansivo não vai considerá-las e destacou que o processo de expansão se baseia no esforço aparente, portanto, nos meses que não houve cruzeiros os valores são baixos, entretanto quando se faz o acúmulo total o valor fica elevado. Explicou que os dados que estão no painel já são expandidos e que já se tem uma cobertura média de 80% dos cruzeiros de pesca de espinhel.

O Sr. Rodrigo Hazin questionou sobre as três modalidades que tem 100% de entrega de mapas de bordo.

O Sr. Alex Lira falou que geralmente as embarcações que estão entregando 100% são as modalidades de cerco, que inclusive não reportaram captura de albacora até o momento. Devido a isso a produção fica mais baixa comparado aos anos anteriores pois existem duas modalidades que estão atuando, mas que não estão capturando a albacora bandolim.

O Sr. Rodrigo Hazin questionou quais são as três modalidades que estão continuamente entregando mapa de bordo.

O Sr. Alex Lira ressaltou que são as de cerco, a frota 1.4 e as outras modalidades variam de mês a mês, e que o recorte foi feito para esse período, mas isso eventualmente vai mudando a cada semana.

O Sr. Rodrigo Hazin questionou o porquê da queda em setembro.

O Sr. Alex Lira explicou que tem um prazo de reporte de 7 dias, mas há muitas embarcações que entregam no final do prazo, então ainda não foram contabilizadas, conseqüentemente não vai haver essa queda porque no final da semana seguinte serão contabilizados todos os dados de setembro.

O Sr. Mauro Costa Cavalcante Filho perguntou se nos dados levantados, existe alguma correlação entre os mapas de bordo e o eventual rastreio de produção pesqueira, daquilo que chega na indústria ou no seu destino final. Questionou também se haveria mecanismos para tratar alguma correlação com outros dados, que pudesse chegar a uma maior exatidão. Também perguntou se

nas análises estatísticas já aplicaram inteligência artificial de modo a fazer comparações, para detectar inconsistências.

O Sr. Alex Lira respondeu que existe o mapa de produção que as empresas devem encaminhar para o MPA, porém que esse reporte de informação acontece 30 dias após o fim do mês a ser reportado. Portanto, existe um espaço maior para recebimento da informação e essa informação é validada com esses mapas de produção. Afirmou que já estão avaliando em conjunto com o MMA a possibilidade de ter um sistema mais prático para recebimento da produção que entra nas empresas. Negou o uso de inteligência artificial e disse que possuem um algoritmo, ou seja, um código para rodar isso. Ressaltou que cabe melhorias, mas acredita que estão progredindo.

O Sr. Giovani Monteiro, da Pesca BR, contribuiu dizendo que as embarcações de cerco estão operando na pesca de sardinha e que vão voltar a operar em novembro/dezembro, o mesmo acontecendo com a frota de isca viva que está parada e volta a operar em novembro. Ressaltou os problemas que ocorreram no último ano (2023) que prejudicou a frota de espinhel de superfície do Sudeste/Sul considerando que independente da permissão ser 1.01 ou 1.02 atum mais nos recursos (espadarte, tubarão-azul e peixe-prego) conforme inclusive apresentação do ICMBio GUO na última reunião de CPG sobre o tema "CAPTURAS RETIDAS PELAS FROTAS DE ESPINHEL HORIZONTAL DE SUPERFÍCIE NAS REGIÕES NE E S, PARA OS ANOS 2018 A 2023" e na apresentação do Secretário Luis Gustavo do estudo do Tubarão-azul da FURG, a qual acabou por não atingir a cota, frisando que a captura de bandolim é insignificante, tendo em vista que o alvo é o bonito listrado, além disso ressaltou que essa frota deveria ser contemplada com a correção esse ano.

O Sr. Giovani Monteiro, da Pesca BR, ressaltou que a pescaria de peixe prego, de espadarte junto com cações foi perdida, destacou que a pescaria de espinhel do Sudeste/Sul é diferente da que ocorre no Nordeste, devido as correntes marinhas e por isso está sendo prejudicada. Destacou que o mau tempo, como o ciclone, por exemplo, podem interferir na computação dos dados, já que as embarcações tiveram que se abrigar em Rio Grande, mas, dentro do sistema é computado que os barcos finalizaram o cruzeiro.

O Sr. Alex Lira ressaltou que estão num processo de melhora e que já se consegue fazer o acompanhamento por modalidade de permissionamento, que eventualmente vai facilitar processos de ordenamento, controle e monitoramento das modalidades. Destacou que no caso dos cruzeiros quebrados, eles avaliam de acordo com o mapa de bordo, entretanto, está previsto melhorias para o próximo ano, pensando em tornar isso mais robusto de modo a evitar estas falhas.

O Sr. Gilberto Salles, do MMA, reforçou que há um interesse do MMA de contribuir com o MPA e com o setor em melhorar a qualidade dos mapas de bordo, afirmou que os mapas de bordo são um instrumento controverso, por ser em papel, devido a capacidade dos mestres de preenchê-lo a bordo no momento da pescaria, e com o sistema novo com acesso à internet, usar o gov, foi um avanço mesmo que ainda seja difícil preencher os mapas a bordo. Sugeriu ao setor que se preencha os mapas de bordo, no momento da pescaria e que sejam preenchidos corretamente. Destacou que algumas medidas estão sendo discutidas, uma delas seria trabalhar com áudio, para que possa ter esse registro.

A Secretária Executiva, Sandra Silvestre, questionou a fala do Giovani Monteiro, da Pesca BR, em falar que não foi diferenciado a frota 1.1 da 1.2 e questionou se é referente ao atingimento de 95% que paralisou as duas frotas.

O Sr. Giovani da Pesca BR, falou que ficou como recomendação do CPG anterior, a unificação das frotas e a mudança de espécie alvo, por ser o mesmo material de pesca, mesma área de pesca. Mais uma vez ressaltou a diferença das frotas do Nordeste e do Sul, destacando que no Sul a espécie a ser capturada depende das correntes, e que por esse motivo deveria ser feito essa correção, tendo em vista que o IBAMA está desconsiderando isso e multando os pescadores por conta da fauna acompanhante.

O Sr. Jairo Gund, da Abipesca, falou da dificuldade que o setor pode ter em entender as lógicas dos cálculos e que seria interessante, se possível, ter no site ou em alguma outra ferramenta, uma forma de acompanhar e assim ter uma previsibilidade maior. Questionou se os 2000 mapas de bordo semanais seriam para pescarias além do atum.

O Sr. Alex Lira esclareceu que no ano de 2024 até o momento, tem 2100 mapas de bordo e que não chega essa quantidade semanalmente. Semanalmente entra algumas dezenas e isso varia de acordo com o mês.

O Sr. Jairo Gund, da Abipesca, perguntou sobre os mapas de bordo que não são considerados verídicos, se nessa lacuna é feito um cálculo ou extrapolação ou seria como se não entrasse na cobertura dos dados.

O Sr. Alex Lira explicou que não deixam de usar os mapas de bordo, a avaliação do valor extremo, geralmente é um erro que vem acontecer em algum lance de pesca, dito isso são analisados todos os lances. Os mapas de bordo que são desconsiderados são os que não tem produção de bandolim. Portanto, não tem modelo pré-estabelecido, está sendo avaliado junto com o GTC e com o correspondente estatístico da ICCAT para tornar mais robusto, para melhorias.

O Sr. Jairo Gund, da Abipesca, ressaltou que depois de construído em algum momento essa informação deve chegar ao setor, para que assim possam projetar, e assim ter previsibilidade. Questionou se haveria alguma agenda de nivelamento tendo em vista a proximidade da data da plenária do ICCAT e quis saber sobre o que foi reportado ao ICCAT em 2023.

A Secretária executiva, Sandra Silvestre, esclareceu que o correspondente iria fazer uns informes em relação a isso, entretanto ele não tinha agenda disponível, mas que antes da próxima reunião do ICCAT vai ser chamada outra reunião extraordinária com a pauta do ICCAT.

O Sr. Jairo Gund, da Abipesca, destacou que vai ter a feira do setor, então pediu para que as datas não coincidam.

O Sr. Jorge da FNTTAA, falou da importância de ter os atores principais que são os pescadores, e que o mapa de bordo tem sido preenchido no final da viagem pelos mestres de bordo. Ressaltou que falta o governo ir para o campo para conhecer as necessidades dos pescadores/trabalhadores, que não há instrução e sim punição.

O Sr. Alex Lira, falou sobre o programa nacional de monitoramento que é coordenado pelo MPA juntamente com o MMA, onde já está havendo observadores de bordo e de porto, destacou a importância para a validação das informações.

Ressaltou a importância de que se abra espaço para os observadores, pois, além de ser um projeto é um programa do governo.

A Sr. Luana, do SINDIPI, falou da preocupação em não extrapolar a cota e que para isso, deseja que o monitoramento seja efetivo, já que o setor depende do tempo de resposta do painel. Falou sobre a questão das embarcações em espólio, já que o PesqBrasil não permite que essas embarcações façam o reporte dos dados, questionou como essas embarcações vão reportar os dados. Além disso, frisou a preocupação com os dados que foram repassados à ICCAT, pois estavam acompanhando o Painel de monitoramento pelo site e não havia sido ultrapassado a cota, em contrapartida, no momento das reuniões foi apresentado que a cota havia sim sido ultrapassada, com base nisso, questionou a confiabilidade do painel.

O Sr. Alex Lira explicou que a realidade do ano passado era outra, já que os mapas de bordo ainda eram entregues em papel, o que dificultava a recepção de dados, devido a este ano a informação chegar mais rápido, pode-se ter uma confiabilidade maior nas informações. Sobre a possível extrapolação dos dados da ICCAT, explicou que no último período de fechamento o painel ficou estático, mas entraram mais informações que eram decorrentes do papel, mas que hoje em dia pode-se confiar nos dados porque as informações chegam com maior rapidez.

O Sr. Torquato Pontes, do Sindipesca RS, falou da importância de considerar a sazonalidade e características próprias do Sul, principalmente porque já se tem um histórico de prejuízos. Questionou qual é o critério que é usado para chegar ao número de 25% de ausência de reporte de capturas, por exemplo, se esse número é referente ao país ou se é possível separar por cada região e modalidade.

O Sr. Alex Lira, respondeu que no painel pode-se ver a quantidade de embarcações por modalidade de permissionamento e conseqüentemente, por região, pois cada modalidade de permissionamento tem sua área de atuação, essa informação é pública e vai mudando de acordo com que se vai atualizando o painel.

O Sr. Torquato Pontes, do Sindipesca RS, falou que gostaria de saber o número referente a região Sul, e que por ser um número genérico em termos de Brasil, precisaria ter conhecimento do que ocorre na frota da região Sul.

O Sr. Alex Lira, explicou que isso já está sendo feito, entretanto não com exatidão na questão geográfica e deu o exemplo de uma embarcação ter origem no Pará e atuar na região Sul e Sudeste, por fim se prontificou a mostrar o painel e como tudo é feito.

A Sra. Valdimere Ferreira, da SERMOP, respondeu sobre a questão das embarcações em espólio e explicou que o PesqBrasil já permite o cadastramento de terceiros, procuradores etc. Falou que no espólio, o CPF que está cadastrado no SisRGP, é o do interessado, porque legalmente ele é responsável pela embarcação, portanto, se está em espólio pode sim declarar.

O Sr. Jairo Gund, da Abipesca, questionou se no modelo que está sendo usado tem alguma previsibilidade de alcance da cota e perguntou o que vai haver de mudança do ano passado para o atual. Falou que foi cobrado do governo o cenário de 2023 e não se teve resposta, essa resposta foi dada pela ICCAT, o que gerou sentimento de que falta transparência no CPG e questionou o porquê desses dados não serem reportados primeiro ao setor antes de ir para o ICCAT.

O Sr. Alex Lira, destacou que em 2024, estão com essa estimativa e que já está sendo trabalhado isso, explicou que os dados chegaram atrasados no ano de 2023, mas que no ano de 2024 a rapidez é um ganho, a expectativa é que o atraso nas informações assim como a extrapolação da cota não aconteça. Frisou que tem uma previsibilidade para o período, que pode chegar no limite da cota, mas isso vai variando ao decorrer do tempo, dependendo da dinâmica talvez, não alcance. Explicou que os dados que vão ser reportados ao ICCAT serão apresentados em reunião extraordinária.

O Sr. Paulo Travassos, coordenador do Grupo Técnico Científico esclareceu alguns pontos, que o reporte dos mapas de bordo em papel foi tão tardio que no começo de 2024 ainda estava sendo reportados informações de 2023, expôs que a produção de albacora bandolim excedeu em um pouco mais de 900 toneladas do limite que é 5441 toneladas fixadas para 2023, mas que a estimativa foi próxima do real capturado depois que foram reportados todos os mapas de bordo. Frisou que quando era em papel chegava-se à cobertura de 30-40% de mapa de bordo entregue nos prazos razoáveis para serem analisados, mas que agora as coberturas estão com 80%, com estimativa de melhorar e talvez chegar a 100%.

Ressaltou que a pesca de atuns e afins evoluiu nos últimos anos, principalmente com a frota de cardume associado que entrou no circuito entre 2010-2012, que tem uma produção considerável.

O Sr. Paulo Travassos, coordenador do Grupo Técnico Científico também falou que o Brasil mais uma vez mostrou que não tem capacidade de cumprir com determinação feita pela comissão, indo para o 5º ano de descumprimento da cota imposta pela ICCAT. Citou a ausência do programa de observador de bordo, que está sendo discutido em conjunto do MPA e MMA. Falou sobre alguns pontos que foram debatidos na última reunião da ICCAT e que provavelmente virão novamente à tona na reunião de novembro, sendo eles, o questionamento do comitê de estatística sobre as capturas brasileiras e a ausência de declaração do limite de captura do espadarte. Além disso, a questão do MSE do estoque do bonito listrado do Oeste e que vai ser discutido a aprovação do MSE como modelo de gestão para esse estoque, para os anos futuros. Também sobre o resultado da avaliação de estoque da albacora laje, que indica que o estoque está no quadrante verde da matriz de Kobe, o que significa que não está sobrepescado nem tampouco sofrendo sobrepesca, mas que o comitê científico irá alertar que os últimos 4-5 anos de capturas de Albacora laje, estão 30000 toneladas acima do TAC, que é o limite de captura por ano, que hoje está estabelecido em 110000 toneladas.

O Sr. Rodrigo Hazin, do Sindipesca Rio Grande do Norte, comentou sobre os erros cometidos em 2024, de ter tido sorte de a pescaria ser fraca caso contrário aconteceria o mesmo que ano passado, destacando que as cotas só foram expostas em março e o painel só em outubro, fatos esse que acabam contribuindo para ultrapassar a cota. Destacou que pelo que foi visto possivelmente vai ter problema no final do ano com relação a ultrapassar o limite de captura a depender da modalidade, questionou o que o governo pensa em fazer e se esse excedente que não vai ser alcançado poderia ser remanejado. Sugeriu que a norma para a cota seja definida no começo do ano, assim como o painel, para que se tenha uma previsão e assim ter um planejamento.

O Sr. Jairo Gund, da Abipesca, questionou qual a margem de erro estatístico do modelo atual e qual a margem de erro do ano anterior. Também perguntou qual margem de erro é aceito no modelo atual e no anterior.

O Sr. Alex Lira, explicou que o que foi aplicado anteriormente não é muito diferente do que está sendo aplicado atualmente, a diferença principal é que se tem maior cobertura, dados chegando mais rápido e conseqüentemente esse controle, essa expansão se torna mais simplória. Destacou que as métricas estatísticas (intervalos de confiança, desvio padrão etc.) para tentar ter minimamente o controle e previsibilidade já está sendo feito, mas que não seria interessante colocar visualmente isso no painel, tudo está sendo trabalhado, mas ainda não está pronto e prevê-se que o painel seja permanente.

O Sr. Jairo Gund, da Abipesca reforçou que precisa saber os intervalos de confiança, pois isso pode servir de rota de fuga junto ao próprio ICCAT, de falar que o modelo foi mudado, que o mapa de bordo é digital e tem-se a informação em tempo real, que traz uma margem de assertividade de tantos por cento do que antes, expor o desvio padrão, a margem de erro, portanto, pode surgir como justificativa para o ICCAT. Sugeriu a união do governo e setor para resolver o problema.

A Secretária Executiva, Sandra Silvestre, propôs uma extraordinária de um dia inteiro, para que a SERMOP e o professor Paulo Travassos possam trazer uma explicação mais didática sobre os dados e a extrapolação.

O Sr. Giovani Monteiro, da Pesca BR, fez um pedido ao MMA para que revejam a questão do espinhel do Sudeste/Sul, para que haja isonomia. Pediu que seja revista a questão da fauna principal, da inclusão do peixe prego e do tubarão azul.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça, do CONEPE, falou que o TAC está subdimensionado pois, se com 4 anos passa 27% do TAC e o estoque continua saudável então deve-se revisar o TAC. Propôs um acordo depois da plenária da ICCAT, voltar sabendo o que foi determinado, dependendo de quanto vai ter de parcelas do estoque, que ao chegar em janeiro já se tenha a norma porque já se sabe a cota, e ainda que se publique em fevereiro. Falou sobre os mapas que não estão sendo entregues, que deve ter o cumprimento da norma, assim como a negação do observador de bordo, que é um condicionante da licença, logo, que se penalize essas embarcações. Propôs que deve ser colocado o que é de fato real

no painel e não o que é extrapolado, fazer o cálculo pois está sendo apresentado mais do que é, que pode servir como defesa na ICCAT.

O Sr. Paulo Travassos, falou que não vê dificuldade em transferir a cota do cardume associado para o espinhel, falou que com o decorrer do tempo se tem um avanço considerável na maneira de estimar as capturas, mas entende que é necessário que se tenha uma explicação mais detalhada para que o setor tenha entendimento de como tudo é feito. Falou que se for pertinente, os ministérios podem fazer uma auditoria para que um estatístico analise os dados. Falou que a proposta é de manter o TAC em 110000 e que o ICCAT se debruce na discussão para que esse TAC não seja ultrapassado em 130000 e achar que os 130 não ter gerado consequência na biomassa é uma questão relativa, pois depende da espécie, da resiliência e diversos fatores biológicos, portanto, não haverá nenhuma alteração no TAC na plenária do ICCAT, se mantendo em 110000.

O Sr. Fernando Assunção da SINDIFRIO, comentou sobre a realocação de cota, destacou que no ano de 2024 a captura para cardume associado está sendo menor, mas no próximo ano as coisas podem mudar, portanto que se for realocar a cota que se tenha a segurança que não vai prejudicar a captura do cardume associado.

A Secretária-Executiva, Sandra Silvestre, destacou que ainda haverá atualizações no painel, mas que a reunião em andamento tem como objetivo saber se haveria alocação de cotas. Frisou que as modalidades 1.3 e 1.4 além de atingir os 100% ultrapassaram a cota, portanto não vai haver realocação dessas modalidades. Para a 1.1 e 1.2 o tratamento vai ser diferente, logo será realocado para essas modalidades, o valor será exposto na próxima extraordinária.

A Sr. Mônica Peres, do ICMbio, comentou a preocupação com o cumprimento da norma, a entrega dos mapas de bordo, as permissões, sobre a legalidade das frotas que vão receber esse benefício, que seja para aqueles que estão cumprindo as obrigatoriedades.

A Secretária-Executiva, Sandra Silvestre, portanto perguntou se todos estavam de acordo com locação de cotas para 1.1 e 1.2 e a verificação interna de usar o mesmo procedimento para a 1.3 e 1.4. Todos concordaram.

A Sra. Valdimere Ferreira, expôs alguns informes, primeiramente pediu apoio do setor e das instituições para o embarque do observador de bordo, pois o governo ainda tem dificuldades do embarque. Também falou sobre o mapa de bordo, que o sistema já vem sendo atualizado.

O Sr. Antônio Carlos, da SEAG-ES, falou sobre a realocação da cota, de talvez terem subestimado a cota para o Espírito Santo, supôs que a cota dada a 1.3 e 1.4 não fosse o ideal, e pediu para que seja considerado pelo MPA e MMA.

5. ENCERRAMENTO

A Sr. Sandra Silvestre (Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins) agradeceu a participação de todos e encerrou a 5ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins.